



Centro Universitário de Brasília

UniCEUB Faculdade de Ciência da Educação e Saúde/ FACES

Gisele de Azevedo Gomes

**NOVOS QUADROS DE SOCIABILIDADE NOS ÚLTIMOS ANOS DA
AMÉRICA PORTUGUESA: IMPRENSA E TEATRO (1808-1821)**

BRASÍLIA

2018

Gisele de Azevedo Gomes

**NOVO QUADROS DE SOCIABILIDADE NOS ÚTIMOS ANOS DA
AMÉRICA PORTUGUESA: IMPRENSA E TEATRO (1808-1821)**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UnICEUB/
FACES) como pré-requisito para
conclusão do curso de Licenciatura em
História do UnICEUB.

Orientador: Professor Dr. Frederico Tomé
Castilho

BRASÍLIA

2018

Gisele de Azevedo Gomes

**NOVO QUADROS DE SOCIABILIDADE NOS ÚTIMOS ANOS DA
AMÉRICA PORTUGUESA: IMPRENSA E TEATRO (1808-1821)**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/
FACES) como pré-requisito para
conclusão do curso de Licenciatura
em História do UniCEUB.

BANCA EXIMINADORA

Prof. Dr. Frederico Tomé

Prof. Dr. Marcelo Tadeu

Prof. Rubens Cavalcante Junior

AGRADECIMENTOS

Dedico e agradeço esse trabalho ao Divino que me deu oportunidade, sabedoria e forças para enfrentar as situações advindas na vida que vem para nos desestruturar. Grata.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a chegada da Família Real e a corte Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro em 1808, trazendo os motivos da transferência da Capital de Lisboa para o Brasil, a colônia de exploração mais lucrativa economicamente. O governo do príncipe regente D' João tomou decisões para estabelecer e fundar órgãos importantes para a formação intelectual, social e política do país que habitavam. A partir das observações do período joanino entre (1808-1821), meios de sociabilidade surgiram para dar suporte na Monarquia instalada, como os dois elementos estudados na monografia: a Imprensa- Régia e o Teatro fundados para meios de comunicações. Verificando-se as técnicas utilizadas para a formação do Estado a partir de elementos como o jornal a *Gazeta do Rio de Janeiro* que relacionava o conteúdo e notícias para a população carioca, sendo também um documento histórico rico em informações recorrentes a época, o periódico proibido de circulação pela censura. Hipólito José da Costa, brasileiro que escreveu até 1822, os seus exemplares traziam assuntos que ajudaram a desenvolver o senso crítico das situações ao governo regente. A imprensa foi a grande surpresa, pois, era necessário abastecer com livros e revistas as escolas que estavam sendo frequentadas após sua criação. Outro espaço de sociabilidade foi o Teatro que servia de atrativo e lazer para os que viviam na cidade carioca. O assunto foi escolhido por gostar da cidade do Rio de Janeiro e representações sobre sua história, cultura e beleza natural, que encantou até mesmo D'João em sua chegada ao Brasil.

Palavras-chaves: Rio de Janeiro, Sociabilidade, D' João.

ABSTRACT

This work presents an analysis on the arrival of the Royal Family and the Portuguese court in the city of Rio de Janeiro in 1808, bringing the motives of the transfer of the Capital of Lisbon to Brazil, the colony of exploration most economically profitable. The government of Prince Regent D 'Joao made decisions to establish and found important organs for the intellectual, social and political formation of the country they inhabited. From the observations of the Johannine period between (1808-1821), means of sociability emerged to support the installed Monarchy, as the two elements studied in the monograph: the Print-Régia and the Theater founded for means of communications. Checking the techniques used for the formation of the State from elements such as the newspaper Gazeta of Rio de Janeiro that related the content and news for the population of Rio de Janeiro, also being a historical document rich in information recurrent to the time, the newspaper prohibited circulation by censorship. Hipólito José da Costa, a Brazilian who wrote until 1822, his copies brought subjects that helped develop the critical sense of situations to the ruling government. The press was a great surprise, because it was necessary to stock up with books and magazines the schools that were being attended after its creation. Another space of sociability was the Theater that served as an attraction and leisure for those who lived in the city of Rio. The subject was chosen for liking the city of Rio de Janeiro and representations about its history, culture and natural beauty, that charmed even D'João on his arrival in Brazil.

Keywords: Rio de Janeiro, Sociability, D 'João.

ABSTRACT

This work presents an analysis on the arrival of the Royal Family and the Portuguese court in the city of Rio de Janeiro in 1808, bringing the motives of the transfer of the Capital of Lisbon to Brazil, the colony of exploration most economically profitable. The government of Prince Regent D 'Joao made decisions to establish and found important organs for the intellectual, social and political formation of the country they inhabited. From the observations of the Johannine period between (1808-1821), means of sociability emerged to support the installed Monarchy, as the two elements studied in the monograph: the Print-Régia and the Theater founded for means of communications. Checking the techniques used for the formation of the State from elements such as the newspaper Gazeta of Rio de Janeiro that related the content and news for the population of Rio de Janeiro, also being a historical document rich in information recurrent to the time, the newspaper prohibited circulation by censorship. Hipólito José da Costa, a Brazilian who wrote until 1822, his copies brought subjects that helped develop the critical sense of situations to the ruling government. The press was a great surprise, because it was necessary to stock up with books and magazines the schools that were being attended after its creation. Another space of sociability was the Theater that served as an attraction and leisure for those who lived in the city of Rio. The subject was chosen for liking the city of Rio de Janeiro and representations about its history, culture and natural beauty, that charmed even D'João on his arrival in Brazil.

Keywords: Rio de Janeiro, Sociability, D 'João.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 - Motivos que causaram a transferência da corte portuguesa para a colônia brasileira	13
1.1 - Os vices- reinos e como era o Rio de Janeiro antes da chegada de D'João VI	18
1.2 - A Chegada da corte Portuguesa em 1808	23
2 – Impressão Régia	25
3 – Teatro do Rio de Janeiro.....	35
CONCLUSÃO	43
BIBLIOGRAFIA	44

INTRODUÇÃO

A História se constitui a partir dos registros que compõem uma determinada época, para se escrever a “história” são necessárias vertentes construtivas que de veracidade aos fatos como relatos orais e culturais, documentos históricos, objetos antigos, várias teorias são defendidas ao longo do tempo a fim de resgatar e eternizar a memória como a construção de uma sociabilidade de uma nação. A pesquisa foi desenvolvida como metodologia a história cultural.

História é uma palavra com origem grega “*Historie*” que significa “conhecimento através da investigação”, com isso é uma ciência fundamental para a compreensão e evolução da humanidade, estuda o comportamento e o desenvolvimento do homem no espaço, resgatando aspectos significativos que ocorrem com a finalidade de definir esse processo através de registros, documentos, relatos, vestígios para que seja desenvolvido uma narração metódica dos fatos que influênciam na vida da humanidade.

O campo histórico é dividido como, história econômica, social, cultural, etc. Afim de contextualizar e explicar a historiografia de cada área. A História Cultural é bastante importante e significativa na historiografia pois ela trabalha com concepções da realidade, como a comunidade, o indivíduo, costumes, representações artísticas, musicais, culinárias, religiões, livros, objetos, agregando valor simbólico a um conjunto de significados com uma apreciação valorativa no meio social.

Porém a história cultural nem sempre foi pensada assim, historiadores utilizam a expressão de “Nova História Cultural”, que contrapõe concepções de viés marxistas.

Foram deixadas de lado concepções de viés marxistas, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. (PESAVENTO. Sandra. História e história cultural: 14)

Destaca-se um marco dominante no conceito de “história”, torna-se período da história das culturas clássicas, História Clássica, História Social da Arte, História

cultural popular e uma nova História Cultural que deu início a partir dos anos 70, pois nesse período na Alemanha desenvolve-se uma unidade mais cultural que política, que ainda dentro de uma vertente neomarxista inglesa. Uniram-se grandes historiadores para repensar em uma nova corrente historiográfica alvejando aspectos sobre mentalidades, a *escola dos annales* se fez presente, estudiosos franceses e herdeiros da “nova história” como Marc Bloch e Lucien Febvre que tinham estudos desde de 1920.

A escola dos annales surgiu na França a fim de criar estratégias voltadas para combater uma história que se formava de natureza militar, diplomática e política. Um conjunto de historiadores formados por Febvre e Bloch, que questionava essa dominância científica nas universidades francesas. Contribuindo ao longo do tempo historiadores como Braudel, Jacques Le Goff, André Burguière, Jacques Ravel todos caracterizavam o estudo recorte social na história, desempenhado investigações dos fenômenos humanos no tempo, temas como: família, amor, costumes, modo de comer, beijar, o corpo, os homossexuais, a religião, o esporte, a sexualidade, narrativa, comportamentos individuais e sociais. Assim fez com que o estudo das mentalidades voltou a contribuir para o processo de mudança historiográfica.

Um dos artigos mais famosos era pós- braudeliana de Le Goff que conceituou as principais ideias das mentalidades, “As mentalidades” – Uma História Ambígua” (1974), manifestando significativamente a Nova História. Nesse artigo traz ideias básicas; questões do recorte social das mentalidades, as crenças e atitudes comuns de uma sociedade, Le Goff situa-se no campo do “irracional e do extravagante”, pesquisas “arqueopsicológicas” para desvendar investigações mais concretas, decorrentes a noção do inconsciente coletivo.

Duzentos e dez anos depois, os brasileiros celebram a chegada de D. João e da Família- Real como o início do processo de emancipação política. Em 1808 reconhece-se, ademais, um acontecimento histórico invulgar, um gesto de alta política sem antecedente conhecido: o da transferência do centro de decisões de um Império, ou seja, de sua capital, da metrópole para uma colônia distante.

Os meios de comunicação contribuem para construção geral de um país, como formas de propagação de sociabilidades no meio social de uma população. O Brasil no início da colonização eram expressamente proibidos qualquer tipo de material

impresso, como jornais, folhetos ou qualquer tipografia. No desenvolvimento da historiografia a história do Brasil no início de 1808 quando chega a Família Real e a corte, pois o príncipe- regente de Portugal D' João VI, que teve a ideia de transferir a capital Lisboa para o Rio de Janeiro, após a última ameaça francesa, conflito que levou o ataque Napoleônico. Os navios encheram-se de objetos importantes do Reino, cofres, móveis, quadros, livros, joias e toda a corte portuguesa. Instalando-se na colônia que sofreu um impacto social muito grande, pelo número de novos habitantes, circulação de comércio, culturas diversas e o funcionamento imediato da Capital. Logo D' João criou órgãos do governo para que inicie o funcionamento da nova sede escolhida entre as colônias de Portugal para ser a capital de transferência de Lisboa.

O choque causado pelas realidades divergentes de uma sociedade colonial e de uma sociedade cortesã, diferentes formas trazidas pelos emigrados, observamos assim um movimento de mudança. As novas instalações da corte portuguesa chamavam atenção pelo palco de atuação como os cerimoniais Reais, novos hábitos começaram a circular entre as pessoas com a presença do príncipe- regente D' João IV, as práticas portuguesas que mudaram o cenário do Rio de Janeiro.

O Rio era uma das colônias de exploração mais lucrativas de Portugal, sendo 80% negros escravos, que pertencia sob governo de Portugal desde de 1500, contudo era uma cidade com processo intelectual atrasado pelo processo de colonização, a cidade não tinha meios de sociabilidade que desenvolvessem o contato direto entre as pessoas que moravam na cidade.

A pesquisa presente tem enfoque, o Rio de Janeiro a sede da monarquia, de acordo com o amplo apoio na bibliografia e nas fontes utilizadas, o período joanino criava-se novos significados para o convívio social através das comunicações e a presença das ordens da monarquia portuguesa.

D' João IV autorizou a tipografia em território brasileiro em 1808, criando o jornal que circulava as principais notícias da época, fazendo com que aumentasse o número de livros para as escolas que se formavam, automaticamente aumenta a quantidade de leitores. Na inauguração da Imprensa Régia foi impresso um livreto de 27 páginas sob o título: “ *Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria de Estados nos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no Faustíssimo Dia dos Anos de S.A.R o Príncipe Regente N.S*”. Além de impressão das primeiras leis,

cartas régias e alvarás, jornais com informações diárias sobre notícias nacionais e internacionais, classificados de vendas, procurava-se, trocas, surgiu a partir da segunda edição do periódico e entretenimento, como as novelas. Foi um momento significativo, tornou a cidade carioca mais dinâmica, aumentou o número de leitores e incentivou a escrita.

A pesquisa acadêmica também aborda em 1808, Hipólito José da Costa considerando historicamente no livro dos salvadores da Pátria, onde seus restos mortais desde de 2001 encontra-se na Imprensa Nacional em Brasília, atual capital brasileira. Hipólito foi um escritor brasileiro, exilado para Londres após Portugal descobrir seu envolvimento na maçonaria, com o apoio de pessoas importantes conseguiu editar jornais com o nome “ Correio Braziliense ou Armazém Literário” e enviar diversos exemplares para o Brasil até 1822. O periódico foi separado por diversos assuntos, incluindo críticas ao governo de Portugal, tinha um grande número de páginas e circulava mensalmente. É considerado para muitos historiadores o primeiro jornal brasileiro.

O Teatro Real é outro destaque do trabalho, inaugurado oficialmente em 1810 pelo príncipe-regente D’ João, fez parte do processo de sociabilidade da cidade em desenvolvimento. Além de atrativo para a população, o teatro serviu para ajudar a desenvolver o senso crítico das atitudes políticas no país. Espaços exclusivos que se desenvolveram e transformaram-se em belas casa de espetáculos, como o primeiro, Real Teatro de São João, inaugurado no dia 12 de outubro de 1813. Afinal D’ João adorava arte, influências com músicas de compositores europeus como Mozart, Haydn e Beethoven, muitas operísticas na música religiosa atuaram no primeiro momento.

Por fim, a conclusão da monografia se encerra com a apresentação das análises obtidas, com o objetivo de pesquisar documentos primários históricos do Brasil em 1808 e examinar objetos culturais produzidos no período joanino; Impressão Régia (atual Imprensa Nacional) e o Teatro, criados pelo príncipe- regente D’ João VI, os principais sujeitos que significou para sua futura independência em 1822. A história do Brasil trata-se grande parte sobre História Cultural, que é uma das modalidades historiográfica a ocupar destaque, é essencial e está atenta para os aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural do ser humano. Baseado nos estudos

sobre a historiografia francesa associada a escola dos Annales, uma história política de revolução do novo tempo, visa compreender os novos conceitos de diferentes análises historiográficas.

1- Motivos de causaram a transferência da corte portuguesa para a colônia brasileira.

Em 1801, Napoleão, que reiniciara a luta contra a Inglaterra, rivalidade advindos de séculos entre guerras e problemas dinásticos entre a França e a Inglaterra. Napoleão Bonaparte que estava dominando quase todos os impérios da Europa e trono de velhas monarquias ditava leis e normas de vida e de comércio, procurava aliados. Nesse conflito com a Inglaterra que era o maior obstáculo a impedir seu completo domínio, executou medidas em 21 de novembro de 1806 o "Bloqueio Continental", que impedia o acesso aos portos europeus e o porto das colônias, não podia mais fazer comercio com os países dominados pelo império francês a navios do Reino Unido da Grã-Bretanha (Inglaterra) e Irlanda. O principal objetivo do imperador era isolar economicamente as Ilhas Britânicas, sufocando suas relações comerciais, e tomar o território deixando no domínio de Bonaparte. Portugal recebeu ameaças de invasão e no mesmo ano de 1806, Napoleão dá ultimato, ou fechava seus portos ao "inimigo", ou seria invadido e fechado à força, aprisionando a Família Real e seu monarca regente exilado forçando abdicação do trono. Mas o governo de Portugal tinha uma aliança com os ingleses, pois ambos tinham interesses econômicos. Existia uma aliança dinástica, extremamente dependente e tratados comerciais. Suas riquezas vinham de suas colônias, principalmente do Brasil. Com um reino decadente, Portugal que também mantinha acordo com a França, sofrendo pressão de ambas as partes, o príncipe- regente tentou manter-se em uma política de neutralidade para enganar o Imperador, pois não tinham como enfrentar Napoleão, e em meio a u embate político- diplomático estava com medo das consequências.

O imperador convenceu a Espanha a atacar Portugal naquela que ficou conhecida como a Guerra das Laranjas uma breve guerra militar que a Espanha e Portugal tiveram na zona meridional do território português. Não tendo condições de enfrentar a coligação Franco-Espanhola, o Príncipe Regente, pediu a paz, prometendo fechar seus portos à Inglaterra. Um jeito de arrumar tempo, pois a economia portuguesa estava profundamente ligada à Inglaterra e também corria o risco de ver seus portos bloqueados pela poderosa armada inglesa. Sua esposa, Carlota Joaquina, fiel as suas origens espanholas, conspirava na corte portuguesa e

procurou, inclusive, tomar a regência alegando seu esposo D' João uma pessoa demente tentando um golpe de estado mal sucedido. O Príncipe Regente tentou ganhar tempo, mas em 1806, Napoleão I fez-lhe um ultimato: ou fechava os portos à Inglaterra ou a França invadiria Portugal.

Napoleão Bonaparte imperador francês estava prestes a dominar a política e economicamente toda a Europa levando seus ideais da revolução francesa. Porém tinha um obstáculo à consolidação de seu Império na Europa era a Inglaterra, que possuía a maior esquadra da época e monopolizava o comércio mundial com a exportação de seus produtos manufaturados. Não podendo invadir o país inimigo, Napoleão decide provocar uma crise econômica, proibindo que qualquer nação europeia mantivesse relações com ela por meio do bloqueio continental. Assim, Napoleão esperava que desistissem e se redessem, acontece que Portugal mentiu e continuou as fortes relações comerciais com a Inglaterra além de estar atrelada a ela devido ao contrato comercial assinado em 1703 (Tratado de Methuen), que era desvantajoso em Portugal. Como o consumo de manufaturados ingleses, enquanto a Inglaterra consumiria somente os vinhos portugueses. Como o consumo manufaturado era maior que a do vinho, Portugal acumulou uma enorme dívida com a Inglaterra, portanto ele não poderia obedecer ao Bloqueio continental e Napoleão decide invadir Portugal.

O imperador francês de olho na península ibérica decidiu a derrubada das duas monarquias a Espanhola e a Portuguesa. A "aliança" que tinha feito com a Espanha, foi apenas um golpe para tirar o Rei Carlos IV, pai da princesa Carlota Joaquina. Foi prometido o trono Espanhol, mas foram aprisionados em um castelo na França. Com o trono espanhol livre, Napoleão coloca sob governo seu irmão José Bonaparte, agora seu objetivo era tomar a frota portuguesa e aprisiona-lo como o rei da Espanha.

O Príncipe- Regente D. João de Bragança buscava saída das ameaças de Napoleão, e aceitou a proposta ofertada pela Inglaterra, apesar de saber o puro interesse econômico, seria transferir a sede da capital portuguesa para uma de suas colônias, único meio que teriam para salvar a monarquia, seus navios seriam escoltados pela esquadra inglesa assegurando o apoio das forças navais.

A decisão ficou resolvida de transferir a Coroa para o Brasil no Rio de Janeiro em uma convenção secreta em Londres entre D'João e o rei inglês Jorge III da Grã-

Bretanha. A colônia escolhida foi o Brasil, permanecer na Europa significava, portanto, ficar sob a esfera de dominação francesa e humilhação histórica do fracasso do reino de Portugal, entretanto o pensamento de D'João era efetuar sua retirada como soberano e preservar a integridade da Coroa, surgiram muitas críticas da população sobre tais decisões do governo de Portugal, e o privilégio pois a transferência contava com o apoio da parte nobre portuguesa, comandantes, ministros, padres, militares, juizes, artistas, médicos, músicos, rainha, príncipe real, alguns empregados e poucos intrusos pois não tinha lugar para todos. Apenas essas classes ligadas à monarquia iam embarcar, causando revoltas nos que ficaram, pois diziam que o rei estava sendo covarde ao "fugir" de Napoleão e abandonar o país.

A família real toma as últimas decisões e tentaram sair no dia 27 de novembro 1807 no Porto de Belém, mas o clima não favoreceu, chovia e os ventos sopravam para o Sul, parados dois dias no Tejo, porém as tropas francesas já estavam a caminho do ataque no território nacional tinham passado o campo de Satarém. No dia 29 os ventos já sopravam para o nordeste, e bem cedo o Príncipe Regente autorizou o embarque, embarcaram numa esquadra de oito naus, quatro fragatas, três brigues, uma escuna e navios mercantes. A leva inicial foi de 1.600 pessoas, fora bens preciosos, tesouros, quadros, prelos, tipografia encaixotada, joias pessoais, mobiliários diversos, arquivos e pertences a secretaria d' Estado, uma enorme biblioteca organizada por Barbosa Machado, volumes didáticos, obras poéticas, livros de economia, exemplares de grandes autores, etc. Sob comando do capitão inglês Graham Moore, quatro naus da marinha Real Britânica faziam parte da esquadra portuguesa durante a navegação.

O embarque apressado causou "pânico" na população portuguesa, muita gente queria embarcar a força, pois projeto do príncipe-regente de evacuar seu país nativo e fundar um novo império gerou confusão, causando tumulto, muita gente morreu afogadas ao tentar alcançar os botes. O príncipe foi sentenciado como traidor. O desastre emocional sobre a futura opressão dolorosa, choro e desespero entre os que ficaram.

Portugal não resistiria a pressão do imperador, não tinha bons recursos militares era fraco e desorganizado, impossível para uma guerra contra franceses e espanhóis. Segundo Oliveira Lima em seu livro (D'João VI no Brasil), "Desprezando

Portugal qualquer dos alvitres, restava a Inglaterra agir pela força, desembarcando tropas sob comando do general Simcoe, que ocupassem as fortalezas do Tejo ao mesmo tempo que a esquadra britânica apressasse os navios portugueses” (LIMA, 1996. 46). Tratava-se de uma desordem social, a falta de alimento, vida pública, Portugal virou um caos após invasão, segundo Luís Norton;

Se a saída de D’João VI para a América do Sul teve, em dado momento a exclusiva aparência dum pânico liberativo, e se a atitude da corte, embarcando numa esquadra, em trigosa debandada, dava ao quadro aspectos de fuga, de naufrágio, ou de qualquer outra catástrofe, nem por isso é lícito concluir que se tratava de um ato impensado, indecoroso, pois é certo que o embarque da família real fora previsto com antecedência de muitos anos e refletindo em todas as suas consequências. (Norton, 1979: 02)

“Ficaram a ver navios” Essa é uma expressão que se transformou em dito popular, existe até os dias de hoje, o significado dessa frase é a partir de, quando os Franceses chegaram os navios que transportavam todo o império a corte portuguesa já estavam distantes, impossíveis da captura napoleônica, então os franceses ficaram a ver os navios seguindo para o oceano.

A família real embarcou em naus separadas, para maior segurança caso um ataque marítimo acontecesse. Porém esse não foi os perigos da viagem, e sim a falta de mantimentos comida, a falta de saneamento básico, doenças e pestes, água, foram meses difíceis, principalmente para os de classe mais baixas. Há relatos que na nau que estava Carlota Joaquina ocorreu um surto de piolhos, fazendo com que as senhoras e a própria princesa raspassem os cabelos, aderindo à uma nova moda feminina no Rio de Janeiro quando a família real chegou, os turbantes.

O príncipe era filho do Rei D’ Pedro III e da Rainha Maria I, nasceu em Lisboa em 1767, tinha 21 anos quando se tomou herdeiro da dinastia Bragança por fatalidade, em setembro de 1788, seu irmão mais velho D’ José aos 27 anos de idade morreu de varíola, e sua mãe Rainha Maria I se afasta do governo em virtude de problema mentais, D’ João não se sentia preparado para assumir o cargo de Rei, é apontado como cauteloso, vivia isolado e indeciso em suas escolhas políticas e

administrativas. Assumiu o poder em 1799 como príncipe- regente é julgado também em seus bibliógrafos e por muitos historiadores como hábil e competente como governante, sempre procurava ganhar tempo, era bastante religioso, emotivo e fisicamente era gordo com aparência triste, melancólico e vivia tendo crises depressivas.

D'João casado com a filha do rei da Espanha Carlos IV e sua esposa Maria Luiza de Bourbon-Parma, a princesa Carlota Joaquina, casaram-se em 1785 em Lisboa quando ela tinha ainda apenas 10 anos, mas o casamento só foi consumado sexualmente quando ela entrou na puberdade em 1790. Tiveram 9 filhos e apenas 8 sobreviveram, seus filhos D' Pedro, D'Miguel e suas filhas Maria Teresa de Bragança, Maria Isabel de Bragança, Maria Assunção de Bragança, Isabel Maria de Bragança, Maria Francisca de Bragança e Ana de Jesus Maria Bragança, entretanto dá alguns filhos como bastardos, filhos de Carlota Joaquina e seus amantes. A relação conjugal não era boa, morava em palácios separados, a princesa era ousada, exigente ambiciosa conspirava contra seu marido, fisicamente era uma mulher magra e pequena.

1.1- Os vices- reinos e como era o Rio de Janeiro antes da chegada de D'João VI.

O Brasil era uma das colônias europeias mais lucrativas, a riqueza natural e o desenvolvimento das cidades atraía estrangeiros de lugares distintos, a ideia de buscar refúgio e transferir a da corte já tinha sido pensada antes em diversas situações históricas como as guerras, antes da decisão de D'João em 1807. A cidade a ser escolhida para ser a capital foi o Rio de Janeiro, era onde o comercio mais circulava pelo mediterrâneo.

Porém a cidade crescia irregular, as ruas eram estreitas sem quaisquer vislumbra de arquitetura, as casas eram pequenas, apertadas e feias, não tinha muitos atrativos de lazer, as ruas eram estreitas e sujam, muitos insetos e ratazanas corriam nas ruas e desejos humanos eram despejados no mar por escravos ou os próprios habitantes, as valas não tinham para onde escoar que causava alagamentos por conta

da falta de planejamento, a cidade era muito insalubre e cheirava a esgoto. Oliveira Lima cita sobre o clima;

Em resumo, até o momento assaz saudável, visto que as doenças mais frequentes no Rio não eram outras senão as comuns aos trópicos e as derivadas de falta de profilaxia pública (a limpeza da cidade estava toda confiada aos urubus) e pessoal; febres e ataques biliosos, disenterias, bexigas, linfites, morfeia e sífilis. (Lima, 1996: 78)

A colônia brasileira se desenvolvia a partir da exploração do trabalho escravo e comércio entre os portos. Com a ausência da Monarquia Real no país sendo sua participação exercida na Europa, ficava mais difícil o controle das exigências enviadas de Portugal. Pessoas começaram a criar hábitos próprios que caracterizaram o ambiente da época e dos Vice-reinos que governaram e ajudaram a desenvolver a cidade, antes do Rio de Janeiro a se tornar capital de Portugal.

No ano de 1080 vegetava toda a população fluminense cercada de esplendores naturais; esmagada por assim dizer pela grandeza do cenário apinhada numa superfície habitada muito pequena, que balizavam pântanos e matas igualmente hostis; sem passeio frequentados, tirando aos domingos o do umbroso aqueduto da Carioca; acotovelando um mundo de escravos, ciganos e mendigos sórdidos. (Lima, 1996. 76).

Existia uma ignorância social, além de ser uma cidade alimentada pela escravidão, 80% da população era analfabeta sendo expressamente proibido qualquer tipo de impressão, modo de evitar a germinação de ideias, críticas e opiniões pelos meios de comunicações, houve tentativas de implantar uma tipografia em terras brasileiras. A primeira foi em 1706 em Recife que foi autorizada pelo governador da província de Pernambuco Francisco de Castro Morais para a impressão de Letras de Câmbio e Orações devotas, assim que o Rei de Portugal D' João V fica sabendo desta iniciativa solta um alvará mandando fechar e confiscar os tipos e enviar para Portugal. Em 1746 na província do Rio de Janeiro o governador Gomes Freire/ Conde de Bobadela autorizou a vinda do tipografo Antônio Isidoro da Fonseca com o objetivo de imprimir um livro sobre um bispo que chegaria à cidade do Rio de Janeiro e após usar

outros serviços tipográficos, D' João V quando tem conhecimento desse estabelecimento solta uma carta régia mandando fechar e confiscar os materiais, Isidoro da Fonseca como um tipografo conhecido e influente na corte, vai até Lisboa recorrer a decisão na Casa de suplicação, porém não foi autorizada. (Lustosa, 2000).

A imprensa era controlada desde início da colonização 300 anos antes, a perseguição era de censura e violenta repressão, pois não podiam se propagar ideias filosóficas para que não acontecesse uma revolução de ideias contrarias no Vice-Reino, como na França com a Revolução Francesa, a moral era com base na superstição religiosa, a corrupção e criminalidade fazia parte dos "costumes" dessa sociedade todas as coisas giravam em torno das autoridades portuguesas. "Instrumento herético, o livro foi, no Brasil, visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro"(Werneck,1999: 16). Os senhores mais ricos com receio de más companhias e ruins costumes mandavam seus filhos para serem educados em Portugal.

A censura do Antigo regime era de total domínio, não convir com sua civilização, nem a naturalidade do lugar, significava a falta de interesse do atraso cultural, intelectual, social das colônias de exploração que abastecia com ouros e riquezas diversas aos Reinos colonizadores de Portugal e Espanha, onde se tinha mais escravos do que nobres. (Werneck, 1999). Em seu livro Maria Helena afirma:

A coroa portuguesa sempre criou obstáculos ao seu desenvolvimento para impedir que as críticas à dominação metropolitana se através das folhas impressas. Além disso, os núcleos urbanos eram pouco significativos na sociedade colonial havendo predominância de uma população do campo analfabeta, constituída na sua maioria por escravos, dispersa em áreas distantes. Esses fatores representam empecilhos para a consolidação da imprensa. (Helena, 1998: 38)

Existiam livros, porém o alcance era bastante limitado, mas para obtê-los impressos no país ocorria um processo muito longo, poucos nobres que iam até Lisboa ou mandava por algum representante. Os manuscritos eram compostos em

Portugal, enviados para a autorização da censura lusitana, se aprovados após teste da censura, eram impressos, as obras eram publicadas e produzidas em casas de impressão em Portugal, a dificuldade se tornava ainda maior para chegar ao Brasil. (Abreu, 2004)

Mesmo cumpridas todas essas etapas um autor residente no Brasil ainda não teria seu livro em mãos, pois necessitaria voltar à instituição responsável pela censura e fazer um pedido de autorização para importação de seu próprio livro. Só então, a obra regressaria para o local onde nasceu, meses (ou, às vezes, anos) depois de haver sido composta. (Abreu, 2004: 2)

Essa dificuldade resultava na ausência de obras brasileiras inéditas. Como a obra poética, *Marília de Dirceu* de Tomaz Antônio Gonzaga, brasileiro, fazia parte do movimento literário Arcadismo, sendo sua edição primeira edição publicada em 1792 em uma tipografia Nunesiana de Lisboa. O poeta árcade estudou direito na Universidade de Coimbra. Participou da Inconfidência Mineira e foi preso sendo deportado para Moçambique na África depois volta ao Brasil na cidade do Rio de Janeiro onde permaneceu encarcerado até 1792, enquanto condenado continuou escrevendo suas poesias, sendo sua publicação publicada após todo o processo e reeditada ao longo do tempo. Márcia Abreu cita, “Os arquivos portugueses guardam 17 requerimentos para obtenção de licença de impressão e de correr, relativos a edições de *Marília de Dirceu*, entre 1796 e 1829. Sintomaticamente, em nenhum deles se faz menção ao nome do autor e sim aos responsáveis pela edição”. Pela dificuldade de circulação de livros e ausência de uma tipografia brasileira, a maioria não tinha interesse em leituras.

Com a existência oficial do Vice-Reino, sete vice-reis estiveram no poder antes da chegada do príncipe- regente em 1808. Recebendo ordens do governo de Portugal e administrando a colônia, ajudando a organizar e desenvolver lentamente a civilização.

O primeiro foi D' Antonio Alvares da Cunha, governou de 1763 a 1767. Conde da Cunha era disciplinado, organizado e ativo nas atividades políticas, criou o Arsenal de Marinha e de Guerra, criou também um parque de artilharia, fez diversas mudanças em edificações no Morro da Conceição um enorme casarão para servir de oficina de

armamentos, construiu também armazéns para depósitos de pólvora em grandes ilhas.

D'. Antonio Rolim de Moura, vice-rei de 1767 a 1769. Em pouco tempo, Conde de Azambuja, cuidou de aperfeiçoar e fortificar a defesa da cidade, criou outra companhia de cavalaria da guarda do vice-rei, porém pelo curto período no governo, falta de verbas e autorização régia.

D'Luis de Almeida Portugal governou de 1769 a 1779. Marquês do Livradio priorizou o fabrico e remessa de armas, pois em seu governo houve a perda da colônia do Sacramento e a invasão na Ilha de Santa Catarina, sendo ocupada pelos espanhóis. Melhorou a agricultura e fomentou a produção de gêneros alimentícios, o sistema de exploração e produção da agropecuária. O vice-rei criou fábricas de cordas, promoveu alistamento de homens da infantaria, mandaram vim da Europa bichos-da-seda, além de se preocupar com o aspecto urbano na cidade. Foi um grande governante considerado um excelente administrador e justo julgador, além de festeiro e mulherengo.

D' Luís de Vasconcelos e Souza, governou de 1779 a 1790. Em seu tempo ocorreu a Conjuração Mineira. Conde de Figueiró foi um grande ativo administrador, ocupando-se desde assuntos de milícias, agriculturas, religião, justiça, economia e diversões. Cuidou também do aspecto urbano do Rio, criou o Passeio Público, patrocinou alguns artistas e sob seu reinado passou a funcionar a Sociedade Literária que reunia intelectuais brasileiros e portugueses.

D' Jose Luis de Castro, governou de 1790 a 1801. Conde de Rezende tem uma imagem negativa de governante, pois durante seu vice-reinado ocorreu o julgamento e a condenação os conjugados da sedição de Minas Gerais. Após a execução de Tiradentes perseguia intelectuais. Fechou a Sociedade Literária prendendo seus membros, e evitava a propagação de ideias libertaria, agindo com violência e rigor punitivo.

D' Fernando José de Portugal e Castro, vice-rei de 1801 a 1806. Conde e depois Marquês de Aguiar. Em seu vice-reinado foi ocupado pelos problemas que Portugal passava com Napoleão, entretanto dedicou seu governo para cuidar da economia que estava sendo afetada nos primeiros anos.

O último vice-rei D' Marcos de Noronha e Brito, governou de 1806 a 1808, Conde dos Arcos montou em São Cristóvão uma feira que se tornou divertimento da população. Mostrava-se um governante justo e imparcial, ainda estava no trono quando D' João chegou.

Tiveram diversas mudanças políticas antes de 1808. Os vice-reis tratava-se se centralizar o poder na colônia com o intuito de melhor governar a ideia de elevação do Estado do Brasil foi do Marquês de Pombal, ministro de D' José I. Em 1775 ocorreu a extinção do Estado do Maranhão e Grão-Pará, vindo assim a ideia de transferir a capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

1.2 - A Chegada da corte Portuguesa em 1808.

No dia 9 de janeiro uma tempestade caiu no mar separando duas naus; um grupo tomou o rumo a Bahia e outro ao porto do Rio de Janeiro. A nau que carregava o príncipe- regente chegou no dia 24 de janeiro na Bahia cidade Salvador, onde os portugueses fundaram a América portuguesa, foram recebidos com enorme alegria pelos moradores a cidade e o governador Conde da Ponte que estavam em festa ao padroeiro São João celebrado todos os anos naquela época, aproveitando para celebrar a chegada da corte e recebe-los. Homenagearam o príncipe – regente de todas as formas, solenidade religiosas, beija-mão, presentes.

Após uns dias na Bahia D' João segue destino Rio de Janeiro, desembarcando dia 8 de março de 1808 um momento histórico, sendo recebidos com muito carinho popular, o príncipe-regente era amado do seu povo por ser afável e bondoso, fizeram uma grande festa *Te Deum* na catedral e uma cerimônia oficial, a cidade estava decorada de plantas para aromar o cheiro e as pessoas jogavam flores enquanto a família real atravessava, tentaram disfarçar o máximo o cenário da cidade que não tinha muito o aspecto arquitetônico europeu, as melhores casas que foram desocupadas semanas antes para abrigar quem chegava de viagem, as casas requisitadas foram marcadas com as iniciais PR (Príncipe Real) que acabou virando dito popular na época pelos habitantes, “ponha-se na rua”. (Lima, 1996)

A mudança foi de regime colonial para sede da monarquia de portuguesa essa mudança da corte representava o início da independência do Brasil política e também intelectual. De imediato com o espírito progressivo do príncipe-regente D' João, assina um decreto liberando a abertura dos portos às Nações Amigas, estimulando e provocando uma verdadeira revolução na economia brasileira, permitindo que nações estrangeiras atravessassem seu comércio livremente no país. Essa liberdade representava a independência econômica brasileira caracterizando o comércio de importação e exportação. A administração tinha sido nomeada por ministros que vinham de Portugal. O Monarca- regente cria a Casa de Suplicação, Criou a Junta Geral do Comércio, o desembargo do Paço, Erário Régio, o Conselho de Estado, a Intendência Geral de Polícia, o Conselho Superior Militar, Mesa de Consciência e Ordens, instituiu a liberdade de indústrias, instalou a fábrica de pólvora, a Casa da Moeda, o Banco do Brasil, a Academia de Marinha, a Academia Real Militar, a Guarda Real da Polícia da Corte, o Jardim Botânico, a Faculdade de Medicina na Bahia, Biblioteca pública, teatro nacional e a Imprensa Nacional, entre as instituições criadas, sendo necessárias para ao funcionamento da monarquia no país, executivas, jurídicas, militares, diplomáticas e culturais, várias instituições foram criadas por D' João de 1808 a 1821, período em que permaneceu no Brasil, sinal de progresso e civilização.

Sede do governo português na América, o Rio de Janeiro sofreu profundas modificações na sua vida cultural em decorrência da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Entre os anos de 1808 e 1821, D' João VI tomou medidas administrativas importantes para o bom funcionamento da burocracia estatal e manutenção da monarquia desde lado do Atlântico. (Meirelles, 2008: 36)

A chegada da monarquia trouxe novidades que marcou as diversas descrições sobre os comportamentos da sociedade, criando toda a construção do cenário brasileiro.

2- IMPRESSÃO RÉGIA

Em uma de suas criações que beneficiaram o Brasil em 1808, D' João autorizou a tipografia em território nacional, foi um marco civilizatório na história criando-se a Impressão Régia. A imprensa concentra uma força política que deu início na cidade do Rio de Janeiro por meio de um decreto oficial no dia 13 de maio e com a finalidade de ser a primeira casa editora, dar publicidade aos decretos, alvarás, atos oficiais, impressões de livros e jornais. Nos porões dos navios da *Nau Meduza* trouxeram-se por ordem do conde da Barca dois prelos ingleses (prensa manual) e vinte oito caixas de tipos móveis que deu origem oficialmente após a transferência da corte, a tipografia brasileira. A sede da impressão régia se localizava na Rua do Passeio n°44, sendo instalada inicialmente a gráfica na casa de Antônio de Araújo. O progresso social que o país vinha sendo desenvolvido pelo governo de D'João VI contribuiu com o início da independência intelectual e base para a formação do estado.

Tendo-me constado, que os prelos que se achão nesta Capital, erão destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra: e attendendo á necessidade, que ha da officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a casa, onde elles se estabelecerão, sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação e Pápeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço, e se possão imprimir todas e quaesquer outras Obras. Ficando interinamente pertecendo o seu governo e administração a mesma secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Do Meu Conselho de Estado Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra o tenha assim entendido e procurará dar ao emprego da Officina a maior extensão e lhe dará todas as instruções e Ordens necessárias e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu Real Serviço Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oito centos e oito. (Decreto de criação da Impressão Régia).

A partir das vertentes que ampliaram as formas de civilização, a impressão régia serviu indispensavelmente ao progresso que se aprimorava no século XIX. Ideais iluministas, livros clandestinos em diversos autores. Esse processo de

transformação que acontecia no período do ano de 1808 até 1821. Conforme Lustosa (2000: 68) “ Entre sua criação e o ano de 1821, quando se dariam na Independência, a Imprensa Régia publicou obras científicas e literárias de grande valor”.

Com a chegada do império português, sede da monarquia fez com que quem já vivia aqui acostumar a se relacionar diretamente aos novos circuitos das práticas econômicas e das ideias políticas e culturais predominantes nas sociedades Europeias. Sociabilidade, característica ou atributo referente à tendência para vive em sociedade ou comunidade. O Brasil era apenas uma colônia de exploração desde chegada dos Portugueses em 1500, o cenário começou a mudar no período joanino, o poder de Portugal se instalou na cidade carioca fazendo com que novos hábitos, costumes, culturas de criassem dando originalidade e modelo a construção social da cidade. Em seu artigo, Lúcia descreve a existência dessa contribuição ao Novo Mundo:

Esforçando-se por integrar o novo mundo independente no que era visto como a invejável e moderna cultura europeia, homens (e algumas mulheres) de letras latino-americanos deram à imprensa um papel importante no processo civilizatório. Recém emancipada da ordem política absolutista, a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas. (Lustosa, 1998: 147).

Em seu funcionamento a primeira impressão fundando o órgão foi um livro de 27 páginas pelo expediente da Secretaria de Estados e Negócios Estrangeiros e de Guerra, a relação de despachos publicados na corte e eram vendidos na Rua do Rosário na loja do livreiro Manuel Jorge da Silva, cujo título da obra opúsculo foi:

Relação dos despachos publicados na corte/ pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra/ no faustosíssimo dia doas anos de S. A. R/ o príncipe regente N.S/ E de todos os mais que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R nos Estados do Brasil até o dito dia/ Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808/ Na

A partir da abertura dos portos das nações amigas, imigração de estrangeiros, diversidade comercial, culinária, moda, dá início a uma historiografia brasileira original. Costumes, cultura local, hábitos começam a fazer parte de uma esfera política nos espaços públicos promovendo mudanças tanto no espaço urbano como o comportamento dos habitantes. Com o maior número de pessoas circulando inclui práticas de sociabilidade, como exemplo os novos padrões de vestimentas, exigia a um processo de “civilização dos povos” conhecida como à Moda Europeia, incentivou práticas de consumo que era carregada de acessórios de luxo e trajes importados que “alegrariam” o status das pessoas, exigências impostas a uma nova e boa sociedade tradicional. A medida que D’ João IV tomou, beneficiou sobretudo países como a Inglaterra e aos proprietários rurais exportadores, cada vez mais próximos da cidade carioca, dentre os integrantes estrangeiros muitos artistas, cientistas e naturalistas circulam na época, dando início a uma política de sociabilidade e de independência no Brasil.

A nova dinâmica a partir da corte portuguesa no Brasil fez com que o desenvolvessem mais esses novos espaços tornando-se acessíveis ao público que se formava, estimulando relações entre os indivíduos, as modificações a partir dessas práticas sociais no Rio de Janeiro ganha práticas, diferentes funções e representações a nova realidade presente naquele momento para quem vivia e chegava no Rio , país não contava com a chegada inesperada do monarca e do surto civilizatório, uma nova estrutura no cenário brasileiro. A administração pública do governo joanino atendeu meios de significar uma cultura local, mesmo não perdendo o peso da colonização superior, Portugal.

A situação de sede de um império ditava as condições: de um lado, o surto civilizatório colocava a necessidade de nos afirmarmos como nação à altura de mostrar que cá, como na Europa, tínhamos contribuições a dar ao mundo das artes. (Cafezeiro, Gadelha, 1996: 65)

Houve ampliação de uma sociedade restrita antes do período joanino, os espaços públicos cresceram e conseqüentemente cresce também o maior fluxo de pessoas em festas tradicionais, comemorações religiosas, saraus, teatros, restaurantes, reuniões familiares. Destacou-se os novos comportamentos diante ao atual cenário que o Rio vivia na época originalizando a historiografia brasileira.

De acordo com a historiografia, a formação da consolidação popular não apenas com os veículos impressos, mas sim como expressões gestuais, verbais, manuscritos. Diversos que contribuíram até mesmo depois de 1821 quando a família retornou para Portugal. Como o autor Morel aborda " É de se supor a importância de tais manifestações públicas e para a política vivida no cotidiano numa sociedade caracterizada pela comunicação oral e visual" (Morel, 2005: 22)

No século XVI- XVIII antigo regime, o Brasil funcionava intensamente como colônia de exploração, poucas cidades que eram pequenas, formadas por vilas, havia poucos habitantes e propriedades rurais. A partir do final do século XVIII com a descoberta do ouro, aconteceu mudanças, fez com que surgisse o conglomerado mineiro, a cidade de Minas Gerais, o fluxo de comércio abastecida de novos habitantes brancos de diferentes classes sociais e o negro escravo. Todas essas questões deram surgimento ao estudo da formação da civilização brasileira do Rio de Janeiro, a partir da presença da nova sede da Monarquia portuguesa.

Mecanismos que usavam para desenvolver veículos da vida urbana, consolidando também com o número de estrangeiros que vinham para o Brasil, o movimento de comércio dos Portos, trazendo cultura, novidades e miscigenando a civilização que se habitava naquele momento.

A imprensa surge tardiamente no Brasil, o regime antigo dificultava a expansão do conhecimento. Com essa grande barreira e com o número maior de analfabeto no país, havia uma dificuldade de acesso aos escritos, para que se obtivessem as informações ou notícias do momento era necessário a comunicação oral, ou seja, existiam leituras em voz alta dos jornais, panfletos, possibilitando que muitos tivessem conhecimentos das mensagens políticas.

As leituras eram feitas em locais urbanos como praças, esquinas, ruas. A partir da criação da Imprensa Régia o cenário começa a mudar e se desenvolver para

novas vertentes, como por exemplo, a necessidade que se dava para a colônia, favorecendo também o desenvolvimento das províncias.

Como já citado D' João VI traz um enorme acervo de livros de Portugal dando origem a primeira Real Biblioteca pública significando prestígio sobre o fortalecimento do cenário intelectual que se formava. Com o ativo funcionamento da impressão régia chegaram a se imprimir mais de 1.154 obras, nos primeiros anos a maioria dos impressos eram destinados para abastecer as escolas e faculdades que foram criados. Dentre eles autores como Voltaire, Rosseau, Legendre, Pope e Thomaz Antônio de Gonzaga.

A construção do Rio de Janeiro partiu de diversos aspectos, dimensões políticas e iniciativas sociais. Ao longo do século com a permanência da sede da monarquia foi criando redes de comunicações, circulação de notícias como jornais e impressos portadores de ideias. (Morel, 2005)

O jornal teve enorme influência na construção social brasileira, pois conseguimos recriar o cenário da época com base das notícias e anúncios como vestimentas, culinária, modos de comer. (Silva, 2007)

Embora esse periódico não forneça artigos de opinião nem seções de literatura ou de ciências e artes, ele é precioso para o historiador como documento da vida cotidiana, pois sua seção de avisos deixa entrever vários aspectos do Rio de Janeiro que dificilmente encontra-se em outra documentação (Silva. 2007: 22)

Como elencado no parágrafo, em assuntos que Beatriz (2007) em seu livro aborda sobre o primeiro periódico que circulava oficialmente, conseguimos observar como interessante instrumento de estudo para a sociabilidade da cidade em que se concentrava o poder político, a partir do jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*.

O Dr. Homero Baptista, em Memória histórica da Imprensa Nacional, temos dados de livros impressos pela tipografia da Imprensa Régia de 1808 a 1822, fora livros de menor valia.

ANOS	OBRAS
1808	37
1809	62
1810	99
1811	70
1812	61
1813	30
1814	24
1815	43
1816	46
1817	44
1818	40
1819	44
1820	41
1821	242
1822	290

Podemos começar a analisar esse processo de transformação de nacionalidade a partir do primeiro jornal do Estado publicado e editado em terras brasileiras, o primeiro jornal impresso em terras brasileiras no dia 10 de setembro de 1808, foi redigida por Fr. Tibúrcio José da Rocha funcionário da corte portuguesa, o *gazeteiro* como era chamado é o redator que se montava as matérias das páginas do jornal.

O periódico semanal que começa a circular na cidade, no dia 17 de setembro passou a ser bissemanal saindo às quartas-feiras e aos sábados e trimestral a partir de julho. O periódico chamava-se "*Gazeta do Rio de Janeiro*" e era destinada a elite sendo o público os súditos do Império, os exemplares eram vendidos na Rua da Quintanda na casa do mercador de livros Paulo Martins Filho, o impresso custava 80 réis. O modelo era do mesmo jornal "*Gazeta de Lisboa*" que circulava na Europa desde primeira década de XVIII. O conteúdo jornalístico eram notícias relevantes para o governo português, sobre os países estrangeiros, colônias, guerras e sobre Portugal, chegavam em navios enviados da Europa.

O impresso tinha quatro páginas, variando em algumas edições a seis e oito páginas e em seu conteúdo as publicações de leis e decretos, divulgação de atividades do governo, desenvolvimento da agricultura, notícias estrangeiras e nacionais e a criação de anúncios (classificados) a partir do segundo exemplar impresso que publicava notícias da atual capital, onde a sociabilidade começa a caminhar. Os anúncios foram criados após a primeira edição do jornal, o primeiro foi uma casa com sobrado na cidade do Rio de Janeiro. Desde então, como as pessoas publicavam coisas de seus interesses no jornal e o utilizavam como meio de privilegiado de interação coletiva em sociedade.

O Gazeteiro para redigir o jornal era preciso ter conhecimento em línguas estrangeiras como o inglês ou francês, pois algumas das notícias eram retiradas e trazidas de periódicos desses países, não podendo fazer comentários ou emitir opiniões. A narrativa que tentava manter no jornal era de forma cronológica dos acontecimentos de relevância como as guerras na Europa, porém as notícias chegavam através de navios, às vezes com notícias já ultrapassadas e antigas pela demora da viagem que levava mais de meses para chegar. Com o fracasso sobre as derrotas das batalhas, o redator tinha que inserir assuntos do interesse público.

O periódico estava sob censura da corte em um regime à junta administrativa vigente delimitando no dia 24 de junho de 1808, não podendo inovar nas discussões políticas contrárias ao governo, à religiosidade e aos "bons costume".

Em uma ação complementar à dos administradores da tipografia, o intendente da polícia também tinha licença para prender aqueles que transgredissem a "segurança pública", sob pena de multa de duzentos mil réis. Transgredir significava veicular publicações consideradas sediciosas como obras, escritos estrangeiros pela cidade com ideias contrárias ao governo (...) No Brasil, portanto a estruturação e o enraizamento da tipografia estavam intimamente associados a uma intrincada rede de poderes que, em última instância tinha o objetivo de sustentar o absolutismo monárquico de D' João VI. (Meirelles, 2008: 20)

Apesar do número grande de analfabetos, a leitura se tornou algo admirável, sendo que as pessoas se reuniam em lugares de sociabilidade como praças e

botequins, para a leitura coletiva dos jornais, revistas e notícias. Era importante acompanhar o processo que a cidade estava vivendo, contudo, a mídia desde de sempre influenciou na via política e social. Novelas eram transmitidas, leitura que a maioria das mulheres da corte acompanhavam os capítulos nos jornais, anúncios com compra e vendas de escravos e eventos Reais, aumentando o interesse na leitura.

A Impressão Régia abastecia livros nas escolas e faculdades criadas na atual capital, portanto conhecimentos e ideias estimulando a profissionalização na educação.

Interessante para se dar continuidade a construção do período joanino, jornais que também circularam clandestinamente, trazem em seu conteúdo sobre essa formação de elementos da vida urbana, estudo de costumes, ideias sobre a moral e a sexualidade, permitindo que as tendências agregassem a vida individual como influência.

De acordo com a historiografia brasileira, a “censura” no Brasil sempre esteve ligada diretamente com a política superior e a religião. Logo após a criação da Impressão Régia, a explosão de escritos, debates, nascimentos de jornais e circulação de obras antes proibidas vem aparecendo, através dos comércios entre os imigrantes estrangeiros. As perseguições aos jornalistas e escritores aconteciam de forma violenta, portanto durante as primeiras décadas do reinado a prática da liberdade de imprensa estava sendo construída numa relação muito tensa com o poder institucionalizado.

No período de 1808 começou a circular um jornal ilegalmente no país e proibido pela Coroa Portuguesa, lançado três meses antes do Gazeta do Rio de Janeiro, enviado clandestinamente de Londres por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nasceu no dia 25 de março de 1774 na Colônia de Sacramento, que era de domínio português e hoje pertence ao Uruguai, tornando-se o grande precursor do jornalismo brasileiro, foi um dos periódicos mais importante desse momento, tomando-se famoso pelas críticas ao *“Correio Braziliense ou Armazém Literário”*. Hipólito iniciou os estudos em Porto Alegre e concluiu na Universidade de Coimbra em Portugal, cursou filosofia, bacharel em leis e matemática. Recém-formado foi enviado para conhecer o Estados Unidos e o México, com a tarefa de conhecer a economia desses dois países e novas técnicas industriais desenvolvidas. Passou dois

anos morando no EUA, onde teve influência do grupo de maçonaria se ingressando ao meio.

Hipólito foi condenado e preso quando retornou de uma viagem a mando da corte por esta envolvido na prática de maçonaria sendo detido pela inquisição portuguesa, conseguiu fugir para Londres em 1805, foi protegido e amparado pelo duque de Sussex, Augustus Frederiche filho do Rei George III da Inglaterra, o nobre também era maçom, tornaram-se amigos, o Rei ajudou ele naturaliza-se inglês, após ganhar a condição de estrangeiro naturalizado começou a exercer os direitos políticos que tinha ganhado como cidadão, Hipólito começou a editar regularmente o primeiro jornal brasileiro, o qual circulou pela primeira vez em 1º de junho de 1808. Em seu discurso jornalístico tinha como base liberal e progressista o conteúdo era separado em temas como a parte da política, literatura, ciências, comércio e artes e miscelânea.

O lançamento em Londres do *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* funciona como a martelada que destroça a engrenagem entre as diversas censuras (dominadas pela inquisitorial) e que tanto prejudica o desenvolvimento de Portugal e atrela suas colônias ao atraso. (Dines, 2001. XXV)

O periódico era mensal, porém chegavam à maioria das vezes no Brasil em atraso, mas compensava esses através com o grande número de páginas impressas e as novidades de um discurso fundamentalmente informativo, analítico e opinativo. O *Correio* era um jornal de críticas ao governo de Portugal recém- instalado, defendia o livre comércio internacional, favor gradativa pelo fim do trabalho escravo e também era favorável a uma monarquia constitucional aos moldes ingleses. Foi o primeiro jornal periódico a discutir publicamente questões do Estado português. A partir do pioneirismo do jornalista Hipólito que enviava de Londres os periódicos impressos, permite constatar que ele difundiu muito dos princípios de formação da esfera pública e política brasileira, além de grande influência no jornalismo para Independência nos jornais que circularam de 1808 a 1821.

Varnhagem apontou a importância da influência de Hipólito na educação política da geração que preparou e realizou a Independência. De fato, entre 1821 e 1823, a maior parte dos jornais tentou seguir, se não o estilo pelo menos a forma do jornal de Hipólito. (Lustosa, 2000: 10)

A ampla variedade de informação sobre a vida cotidiana das pessoas que residiam na corte, a sociedade fluminense passou a anunciar os fatos que lhes interessava como já citada. Aos debates políticos, foi possível verificar fatos de suma importância para a monarquia portuguesa nas páginas do jornal *A Gazeta*, mesmo que sob uma visão parcial, havia também discussões desses eventos políticos no espaço público. É possível fazer a crítica dos fatos e, ao longo do período joanino com o nascimento de outros jornais, até mesmo os que circulavam ilegalmente na América portuguesa, sobre ter visões diferentes sobre a mesma questão coletiva.

Foi possível perceber diversas temáticas em relação a sociabilidade a partir da prática da leitura de impressos que passavam a circular em várias áreas do Rio de Janeiro, entre as quais livros de teologia, história, literatura e economia. As pessoas estavam mais próximas, podiam conhecer obras há muito proibidas e refletir sobre as múltiplas implicações para a realidade cotidiana da corte ou imperial, do império português, construindo o senso crítico de uma sociedade ignorante.

3- Teatro no Rio de Janeiro

O teatro já existia no Brasil desde início de sua colonização pelos europeus (XVI) a prática foi inserida pelo Padre José de Anchieta, porém tinha a finalidade voltada para a religiosidade, transmitindo ensinamentos bíblicos e catequizando os indígenas, sendo um instrumento didático de “civilização”. Os jesuítas utilizavam técnicas da cultura das tribos para montar as peças teatrais, para facilitar na educação da religião católica.

Romances, jornais, revistas, sermões, teatro etc. etc. Tem tido sempre sua quota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas” (Lustosa, 1998: 145)

O Rio de Janeiro possuía espaços públicos afim de socialização como já mencionado. Com o desenvolvimento da Colônia, no período colonial a partir da década de 1730 nas principais cidades urbanas, foram construídas algumas “Casa de Óperas” que funcionavam como teatros, pequenos espetáculos que muitas vezes vinham acompanhada ao som de instrumentos musicais. O primeiro foi o teatro de Boaventura, criado em 1767, após o seu incêndio cria-se o teatro O Ópera Nova, de Manuel Luís.

A divisão nesse período é nítida sobre as classes sociais da colônia, esses grupos bem delineados; os portugueses reinóis, os portugueses simples e seus descendentes, nascidos na colônia, estrangeiros, índios, escravos diversos, etc. A intenção do Vice- Reino era promover uma interação social aos nobres pois existiam o interesse de profissionalizar o teatro, somente a partir do final do século XVIII esses espaços foram substituídos por teatros oficiais, exigindo maior número de atores, músicos, cenários e espectadores.

Com a transferência da Família Real para o Rio, os portugueses da América, nascidos na colônia e habitantes vindo de Portugal, passaram a se sentir próximos da coroa, pois a possibilidade de contato a Corte como centro político ficou mais acessível. Então, de imediato os habitantes do Rio de Janeiro ficaram muito

entusiasmados, pois o rei estava perto e era possível ter acesso a ele. Embora nem tudo tenha sido positivo pois a disputa por moradia e comida aumentou, os portugueses americanos se sentiram, num primeiro estágio, muito gratificados com a vinda da Família Real e aderiram com alegria à monarquia, porém a cidade não oferecia uma vida de corte, os novos grupos dominantes definiram padrões, modas, costumes, causando um impacto considerável para o Brasil colônia.

Vinha sofrendo modificações estruturais importantes, as pessoas também traziam consigo novas formas de agir e de socializar: parâmetros e formas de vida diferentes daqueles até então praticadas pelos moradores da cidade fluminense.

Inserir o teatro oficialmente no Rio de Janeiro foi a partir da chegada da Família Real em um decreto oficial pelo príncipe- regente D' João no dia 28 de maio de 1810, criando-se espaços próprios destinados aos espetáculos, ganhando força de significado e representações artísticas, cultural, religiosa, festas e cerimoniais considerando um forte traço de união entre poder e o povo. Como o *Real Teatro de São João*, inaugurado no dia 12 de outubro de 1813 localizado no Largo do Rocio, sendo estruturado com ornamentações e aos costumes de Portugal, o espaço constituiria um marco simbólico adotando um espaço adornado com paisagens e decorações.

Nessa inauguração com a presença da corte intelectuais e toda Família Real, uma nova sala para espetáculos que se assemelhava bastante ao primeiro teatro Real oficial. O local também era utilizado para importantes pronunciamentos políticos. O Rio de Janeiro antes do período joanino, não tinha muitos ambientes culturais para lazer e distração na cidade.

Fazendo-se absolutamente necessário para nesta Capital que se erija um Theatro decente, e proporcionado a população, e ao maior gráo de elevação ou grandeza em que hoje se acha pela minha residencia nella, e pela concurrencia de estrangeiros, e de outras pessoas que vêm das extensas Provincias de todos meus Estados: fui servido encarregar ao Doutor Paulo Fernandes Vianna, do meu Conselho e Intendente Geral da Policia, do cuidado e diligencia de promover todos os meio de alguma nova contribuição que grave mais os meus fieis vassallos, a quem antes desejo aliviar de todas ellas; e havendo-me proposto o mesmo Intendente que grande parte dos

Meus vassallos residentes nesta Córte me haviam já feito conhecer que por ser esta obra do meu real agrado, e de notória necessidade, se prestavam de boa vontade e dar-me mais uma prova de seu amor, e distincta felicidade, concorrendo por meio de acções e fazer o fundo conveniente, principalmente si eu houvesse por bem de tomar o dito Theatro debaixo de minha protecção, e de permitir que com relação ao meu real nome se denominasse Real Theatro de S. João.... se deve pagar; que se possa servir de pedra de cantaria que existe no ressalto, ou muralha do edificio publico que fica contiguo a ele, e que de muitos anos se não tem concluído; e que, depois que entrar a trabalhar, para seu maior aceio, e mais perfeita conservação, se lhe permittirão seis loterias... (Decreto de criação do Teatro de S. João, 12 de outubro de 1813)

Em seu texto Fernandes apresenta: “ Em sua arquitetura, o Real Teatro de São João assemelhava-se ao Teatro de São Carlos de Lisboa com traçado em estilo neoclássico atribuído ao engenheiro militar Marechal de Campo João Manoel da Silva” (Cristina, 2002) permanecendo por muito tempo o maior Teatro do Brasil. Muitas famílias de nobres frequentavam esse lugar, o teatro significava cultura e representação da realeza atendendo uma nova classe intelectual e política, sendo assim os Nobres a grande maioria de seus espectadores.

A importância do teatro como meio de sociabilidade, representa uma construção da civilizadora para a população. O crescimento de diversas companhias teatrais que nascia com influência de Portugal, importantes espetáculos ouropéis. Nas apresentações diversas representações ridicularizavam-se peculiaridades da colônia, alterando seus conteúdos conforme o gosto do público. Comportamentos que, se por um lado visavam marcar claramente os limites entre esta sociedade cortesã e a outra grande sociedade em que estava inserida, por outro também visavam atingir essa mesma grande população, que jamais teria acesso direto a esse poder, mas que seria influenciada, cativada e instruída por sua grandeza. (Souza, 2000)

O Rio de Janeiro percorria, assim, um caminho semelhante ao trilhado pelas grandes capitais europeias nas quais o teatro, ao findar o século XIX, transformaram-se em diversão pública de primeira ordem, atingindo uma

multidão diversificada de espectadores, que afluía às salas de espetáculos para divertir-se e desfrutar suas horas de lazer. (Souza, 2000: 22)

O nome do Real Teatro de São João foi em homenagem ao príncipe regente D' João e desde então o teatro recebeu vários nomes ao longo do período histórico brasileiro, portanto: Imperial Theatro de São Pedro de Alcântara, em 1826 e 1839; Theatro Constitucional, em 1831 e finalmente Theatro João Caetano, a partir de 1923. No decorrer de sua história podemos encontrar tragédias e reformas até que, em 26 de junho de 1930 foi inaugurado o prédio atual reconstituído em elegância.

Criado em 1815 a criação da Escola Real de Ciências, artes e Ofícios. Formado por uma equipe francesa organizada por ordens de D' João, logo grupos de artistas reconhecidos nacionais e internacionais participavam desses eventos sendo profissionalizados. Não apenas no teatro, mas em diversos ramos da arte, o príncipe-regente gostava e valorizava os diferentes módulos artísticos, em Academia Imperial de Belas Artes, apreciações como a Missão artística de Jean Baptiste Debret um pintor histórico sendo suas obras consagradas em terras brasileiras. E um grupo de artistas franceses que chegaram (entre os quais se destacaram Nicolas Antoine Taunay, Jean-Baptiste Debret e Grandjean de Montigny) (Cafezeiro; Gadelha, 1996)

Com essa experiência que se viviam no cotidiano, por muito tempo no período em que o príncipe D'João VI reinou, a rotina da cidade carioca transformou-se um enorme meio de socialização, diversos espetáculos de excelente qualidade começaram se apresentar em lugares importantes como praça Tiradentes e os teatros de enorme influência e os mais frequentados, se realizavam também eventos políticos, divulgados através do jornal a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Mas, ainda que perigoso o teatro também considerado um símbolo de civilização e, como tal parte representativa da visão de regeneração de uma nação à qual se começava a imprimir marcas próprias sobre uma herança portuguesa de origem. (Souza, 2000: 34)

Após a criação de alguns lugares como as praças, serviram para contribuir na aparência e salubridade na cidade, serviu também de lugar para a sociabilidade e

facilitaram o desenvolvimento do comércio. A corte buscava o tempo todo reproduzir na cidade carioca os locais de sociabilidade em que costumava frequentar em Portugal. (Cafezeiro; Gadelha, 1996)

Espectáculos de gala magníficos e exuberantes que acontecia para a população da corte, saiam matérias nos jornais de grande circulação na sociedade do Rio de Janeiro, saudando os eventos, agregando a sociabilidade da época. Os anúncios se faziam presentes também como comemorações, eventos políticos e sociais ligados à Família Real. Segundo o jornal a *Gazeta do Rio de Janeiro*;

A iluminação exterior do teatro, ordenada com exquisito gosto, realçava o esplendor do espetáculo. Ella representava as letras J.P.R Aplausivas ao Augusto Nome do PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR, cuja Mão Liberal protege as Artes, como fontes perenes da riqueza e da civilização das Nações.

A adaptação do novo espaço que a população aproveitou usufruindo da criatividade, dentro das mudanças ocorridas características do sistema cultural e social carioca. Com o fluxo de habitantes no período joanino é possível a partir dessas mudanças uma nova sociabilidade no Rio, porém a cultura europeia era a base de formação daquela cidade.

Todas as iniciativas de D' João adaptando os princípios iluministas ao projeto de dominação, levaram o seio da necessidade de elevar o homem (índios e pretos fora) através do conhecimento e da razão. Educar, na confiança de que os erros humanos não se fundam na maldade, mas na ignorância. (Cafezeiro; Gadelha, 1996)

As apresentações tinham como modelo de inspiração as dramaturgias do exterior onde muitas vezes as peças teatrais abordavam o costume da burguesia, classe com a qual os espectadores se identificavam em uma posição social de superioridade, representação dos modos da classe dominante.

Por estar presa a uma noção de arte associada à ideia de educação da sociedade. A comédia realista acabou por transforma-se em teatro de tese, chamado escritores, atores, crítica e público para a polêmica social. Trazendo para o palco o retrato de uma sociedade “civilizada” e alicerçada sobre os valores como o casamento, o trabalho, a família, a propriedade, a honra e a inteligência, tais peças colocaram estas mesmas questões no centro dos debates nos palcos da cidade do Rio de Janeiro. (Souza, 2000: 26)

A cidade transformou-se depressa. A corte buscou a todo tempo, reproduzir no Rio de Janeiro os locais de sociabilidade em que costumava frequentar em Portugal, assim foi crescendo ao longo dos anos casas de espetáculos.

A primeira peça realizada no Real Theatro de São João foi um drama lírico *O juramento dos Numes* dirigido por D’Gastão Fausto da Câmara Coutinho e nos intervalos executavam-se danças e a música foi composta pelo compositor do Real Theatro. O drama em questão era o de Sua Alteza Real D’ João, e do povo lusitano, uma relação aos fatos que decorreu entre o reino de Portugal e da invasão napoleônica (1807), caracterizando os personagens como divindades mitológicas. O espetáculo causou intensos debates e novidades para a população que não estava acostumada a debater em público através da imprensa, nos jornais elogios e críticas eram publicadas.

Com o Rio de Janeiro vivendo o período de mudança e a regência de D’ João, as comemorações ligadas à Família Real expandiu como os eventos de fatos políticos, sociais, culturais e religiosos. Os anúncios dos jornais que circulavam na cidade percebem-se que as sessões teatrais eram sempre muito variadas, com peças dramáticas, músicas, danças, dentre outros e os importantes eventos que acontecia constantemente, como mostra o jornal da Gazeta:

Um dos Dias mais plausíveis para o Brazil se hade representar depois de se cantar o Hynno Imperial e Nacional, a apparatusa Peça Maria Thereza. Terminando com o baile: Narcizo Namorado de si mesmo.

Os estrangeiros se interessaram nos meios atrativos que a corte de Portugal oferecia e começou a se intelectualizar frequentando esses novos ambientes de sociabilidade, as pessoas começaram a encarar as novas práticas. Esse processo que se iniciou oficialmente no período joanino (1808) cresceu e conquistava o público com as representações específicas de opiniões críticas sobre o governo e assuntos do cotidiano. A cidade ficou dinâmica e ajudou a desenvolver a ideia de progresso do país para sua independência. “O teatro tornava-se motivo de inquietação para os poderes constituídos. (Cristina, 2002)

Percorria todo o século XIX, assentado na noção de que todas as iniciativas de decisões do campo artístico que viessem da parte dos literatos, estariam legitimadas a priori e passariam a ser a expressão mais pura daquilo que se queira atingir. Dito de outra forma, o que se explicava eram a necessidade e o desejo de atingir uma almejada “civilização”, mas que se tentava obter, em termos práticos, eram a deslegitimação das ações de determinados sujeitos históricos e a supervalorização das de outros, as quais supostamente, estariam movidas por objetos elevados e nobres. (Souza, 2000: 35)

Quando a Família Real decide voltar para Portugal, após a morte da Rainha Dona Maria, recolheram muitas riquezas e partiram. Deixando seu filho como regente, Pedro. Após a proclamação da independência em setembro de 1822 uma sequência de conflitos militares e políticos no Brasil que objetivaram uma sequência de conflitos militares e políticos no Brasil que objetivaram assentar as bases do novo governo, sob o regime imperial. Legitimou D’Pedro como imperador do Brasil, após a constituição de 1824 tornando-se então D’Pedro I. Após o juramento da primeira Constituição, realizada com a presença de D’ Pedro I e da Imperatriz Leopoldina, e o término da representação do drama sacro Vida de Santo Hermenegildo, o Real Theatro de São João no dia 25 de março de 1824, o teatro pegou fogo sofrendo um grande incêndio restando somente as ruínas.

Com o tempo mudanças vinham aprimorando o espaço cênico e seu público, confusões que acontecia nos eventos, ocorridos como gritos dos espectadores e revolta dos opositores, causando como consequência o fechamento do Constitucional Fluminense. Atitudes tomadas determinavam em um decreto no dia 29 de novembro

de 1831, que ninguém dentro do teatro poderia dirigir vozes altas, palavras ou gritos, afim de amenizar os conflitos que geravam. O período é após 11 anos que a Família Real volta para Lisboa, manifestações já fazia parte das revoltas populares dos acontecimentos do desenvolvimento do país.

Proibidas de manifestar-se espontaneamente, as plateias tiveram de defrontar-se com dispositivos legais cercadores, baixados por autoridades temerosas das consequências que as sensações rápidas, ardentes e unânimes poderiam provocar em centenas de pessoas reunidas nos teatros. Foi sem dúvida, com o olhar voltado para este caráter de imediatismo, emocionalidade e coletividade que, a partir desta data, todo um aparato legal começou a ser elaborado, tomando-se o traço distintivo de uma política que tinham em vista o controle sobre as manifestações artísticas, ao mesmo tempo em que cada vez mais eram delegadas à polícia prerrogativas de fazer-se respeitada pelas audiências. (Souza, 2000: 34)

A sociabilidade através do teatro deu oportunidade para que novos discursos fossem apresentados, causando polêmicas e discursões no governo, movimentos de abdicação, república e independência, ajudou no processo intelectual do Brasil.

CONCLUSÃO

De acordo com os assuntos dos capítulos elencados acima, pressupõe-se que o período joanino foi essencial na formação da sociabilidade brasileira a partir de 1808 com a chegada da Família Real e toda Corte até o Rio de Janeiro, a cidade escolhida para se tornar a capital de Portugal e governar as demais colônias até 1821 quando D' João retorna para Portugal após o ataque de Napoleão Bonaparte. Destacando a Imprensa Régia e o teatro como atividades importantes para a formação do país.

A colônia passou por uma rápida transformação principalmente a cidade carioca, arquitetura, cultura, culinária, moda. Com a presença do príncipe-regente o desenvolvimento urbano e principalmente o social espalhou-se rapidamente por todas as cidades, em foco o Rio de Janeiro que se transformava num grande centro de poder do governo de Portugal.

A monografia busca compreender os processos de sociabilidade e comportamentos sociais que ocorreram no governo do príncipe-regente, sendo um enorme passo a autorização da imprensa, com os jornais, notícias, anúncios, livros, romances, começaram a atrair a intelectualidade das pessoas, fora a grande presença da elite de Portugal, que teve influência na formação por causa de suas tradições, culturas e fortunas. A alfabetização cresceu, a colônia expandia-se por meio dos impressos, periódicos do estado e os ilegais como o *"Correio Braziliense"* que tinham conteúdos opostos e críticos ao governo.

O jornal institucional e oficial "brasileiro" inaugurado no dia 10 de setembro de 1808, a "Gazeta do Rio de Janeiro" cumpria-se o papel de divulgar os fatos e acontecimentos políticos com o controle do Estado e circular como veículo de interlocução entre os leitores do Reino e América Portuguesa. Por mais que se assemelhava e inspirava muito a "Gazeta de Lisboa" uma tradição da Imprensa portuguesa, o periódico impresso no Brasil ganhou novas características, originalizando a comunicação considerando como um acontecimento predominante no nascimento dos impressos.

A criação do teatro foi um marco nesse processo, quando o príncipe-regente transfere a sede do governo, o Rio de Janeiro sofreu profundas modificações na sua

vida cultural, aos poucos as pessoas começaram a frequentar teatros, cafés, bailes e outros divertimentos que agitavam a vida social nos principais centros urbanos, pois antes não tinha muitos ambientes de lazer e culturais na cidade. O Theatro São João (1813) foi criado pelo príncipe regente e até os dias de hoje um marco simbólico e uma das construções mais importante da história do país, recebeu alguns nomes durante o tempo, sofreu incêndios (1824, 1851, e 1856) hoje o teatro se situa no centro do Rio na praça Tiradentes, recebeu o nome de Teatro João Caetano.

O cenário do teatro ganhou força de significado e representações artísticas, cultural, políticas, religiosa. Sua principal característica é a versatilidade para receber gêneros de espetáculos variados, considerando um enorme traço de relação e união entre as pessoas, foi o palco de grandes acontecimentos como o da assinatura da primeira Constituição brasileira. Seu público estava bastante concentrado na elite carioca e portuguesa, desejavam lazeres, como uma vida noturna diversificada em locais mais amplos, luxuosos e confortáveis e paisagens que enobrece o espaço. Espetáculos e apresentações que ganharam lugar no meio social e até hoje fazem a diferença na vida dos cariocas.

BIBLIOGRAFIA;

CAFEZEIRO, Edwaldo; GADELHA, Carmem. **Histórias do Teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ- Funarte, 1996.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1988.

FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1997.

LIMA, Oliveira. **D'João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1996.

LIMA, Oliveira. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. São Paulo: Ed Topbook, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

MALGADI, Sábato. **Panorama do teatro brasileiro**. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do livro, 1996.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Imprensa e Poder na Corte Joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2008.

MIRANDA, Francisco Gonçalves. **Memória histórica da Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1922.

MOREL, Marcos. **Transformações dos Espaços públicos**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional/INL-MEC, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

PRADO, Décio de Almeida. **História Concisa do Teatro Brasileiro**. São Paulo: Ed. EDUSP, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Ed. MAUAD, 1999.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. **As noites do Ginásio: teatro de tensões culturais na corte (1832-1868)**. São Paulo: Ed. UniCAMP, 2000.